

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

228 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 27 a 31 de janeiro de 2025

1. COMISSÃO EUROPEIA - BÚSSOLA PARA A COMPETITIVIDADE	1
2. PARLAMENTO EUROPEU - SESSÃO EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO	3
3. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	4
AFET - Relatório anual	4
4. DEFESA - PARCERIAS ESTRATÉGICAS	6
5. IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO SOBRE MIGRAÇÃO E ASILO	7
6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - COSAC	8
7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO DA UE	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. COMISSÃO EUROPEIA - BÚSSOLA PARA A COMPETITIVIDADE

A Comissão Europeia apresentou esta semana a chamada “**Bússola para a competitividade**” que, recorde-se, a presidente Ursula von der Leyen havia anunciado, em 27 de novembro de 2024, que seria a primeira grande iniciativa da Comissão neste mandato.

Esta Bússola (detalhe [aqui](#)) foi definida com base no relatório Draghi e visa enquadrar o trabalho da Comissão em matéria de competitividade durante o mandato, definindo um quadro estratégico para impulsionar a competitividade da UE com o objetivo de tornar a Europa líder em inovação, indústria limpa e alcançar a neutralidade climática.

A Comissão justifica a necessidade desta Bússola através da constatação de que, nas últimas décadas, a UE perdeu competitividade devido ao fraco crescimento da produtividade. Acrescenta-se que a Europa dispõe de recursos necessários (mão de obra qualificada, mercado único, capital), mas enfrenta barreiras estruturais.

São identificados três domínios de ação principais:

1. Inovação: Relançar o motor da inovação e apoiar startups e PMEs. Propostas-chave:

- Gigafábricas de IA e Estratégia de Aplicação da IA para acelerar a adoção da inteligência artificial.
- Planos de ação para materiais avançados, tecnologia quântica, biotecnologia, robótica e tecnologias espaciais.
- Estratégia da UE para startups, reduzindo barreiras jurídicas e fiscais.
- Proposta de “28.º regime jurídico” para uniformizar regras empresariais em toda a UE.

2. Roteiro para a Descarbonização e Competitividade: Endereçar os altos custos de energia e garantir uma transição justa para a indústria. Medidas estratégicas:

- Pacto da Indústria Limpa: descarbonização aliada à competitividade industrial.
- Plano de ação para garantir energia acessível.
- Ato legislativo para acelerar a descarbonização industrial.
- Planos específicos para setores intensivos em energia (aço, metais, químicos).

3. Segurança e Redução de Dependências: Fortalecer cadeias de abastecimento e diversificação comercial. Iniciativas:

- Parcerias estratégicas para assegurar acesso a matérias-primas e tecnologias limpas.
- Revisão das regras de contratação pública para favorecer setores estratégicos europeus.



The three pillars

1. Closing the innovation gap

The first pillar is about driving productivity through innovation. The Commission will work to create a new dynamism for Europe's industrial structure.

How:

- Facilitate the establishment of start-ups and conditions for scaling up
- Create a deeper and efficient venture capital market
- Ease mobility and retention of talent
- Invest in state-of-the-art infrastructures
- Boost innovation and research



How:

- Integrate decarbonisation policies with industrial, economic, and trade policies
- Facilitate access to affordable energy
- Strengthen the business case for a clean transition
- Promote competitiveness of clean tech manufacturers



2. A joint roadmap for decarbonisation and competitiveness

This pillar is about integrating decarbonisation policies with industrial, competition, economic and trade policies. They are a powerful driver of growth when they are well integrated.

3. Reducing excessive dependencies and increasing security

This pillar is about integrating more tightly security and open strategic autonomy considerations in the EU economic policies. The security environment is a precondition for EU firms' economic success and competitiveness.

How:

- Develop policies, partnerships, and investments to ensure economic security, resilience, and strategic interests
- Strengthen defence industrial capabilities and support by pan-European cooperation
- Improve preparedness



Foram, ainda, apresentadas cinco medidas horizontais para impulsionar a competitividade:

1. *Simplificação regulatória*

- Redução dos encargos administrativos em 25% para grandes empresas e 35% para PME.
- Proposta Omnibus para desburocratizar obrigações de sustentabilidade e taxonomia.

2. *Eliminação de Barreiras no Mercado Único*

- Estratégia para modernizar a governação do mercado único e eliminar obstáculos regulatórios.
- Reformulação do processo de normalização para apoiar startups e PME.

3. *Financiamento da Competitividade*

- Criação da União Europeia da Poupança e dos Investimentos para facilitar o financiamento de empresas.
- Melhor uso do orçamento da UE para alinhar os fundos com as prioridades estratégicas.

4. *Investimento em Competências e Empregos*

- Lançamento da União das Competências para reforçar a educação contínua e a requalificação profissional.
- Medidas para atrair e reter talento qualificado na UE.

5. *Melhoria da Coordenação Política*

- Novo Instrumento de Coordenação da Competitividade para alinhar políticas nacionais e europeias.
- Proposta de um fundo para a competitividade no próximo orçamento da UE.

A Bússola para a Competitividade é um plano de ação ambicioso para recolocar a Europa na liderança global, que depende de ação rápida e coordenada entre a UE e os Estados-Membros para ser eficaz.

Importa, ainda, notar que, na sua lógica de simplificação, a Comissão Europeia pretende igualmente abordar o Mecanismo de Ajustamento Carbónico nas Fronteiras (CBAM). Embora este não esteja incluído no primeiro pacote "*omnibus*", surge, no entanto, na Bússola para a Competitividade, e a Comissão está igualmente a preparar uma simplificação do Mecanismo para os pequenos operadores do mercado.

A primeira proposta "*omnibus*" é esperada em simultâneo com o Pacto para uma Indústria Limpa ("Clean Industrial Deal"). Este incluirá planos de ação que se assemelham mais a "*business acts*", de acordo com o

Vice-Presidente Executivo para a Prosperidade e Estratégia Industrial, Stéphane Séjourné. Neste contexto, a Comissão Europeia pretende igualmente apresentar, mais tarde em 2025, um Ato Legislativo para Acelerar a Descarbonização ("Decarbonisation Accelerator Act"), com vista a reforçar o apoio à implementação de projetos industriais inovadores e estratégicos.

2. PARLAMENTO EUROPEU - SESSÃO EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO¹

No dia 29 de janeiro, o Parlamento Europeu (PE) realizou uma sessão plenária extraordinária para assinalar o [Dia em Memória do Holocausto](#), que também marcou o 80.º aniversário da libertação do campo de concentração Auschwitz-Birkenau a 27 de janeiro.

A presidente do PE, Roberta Metsola, abriu a cerimónia assinalando que *«Nunca podemos esquecer e temos de agir. A nossa geração é a última a ter o privilégio de conhecer os sobreviventes do Holocausto e de ouvir as suas histórias em primeira mão. As suas vozes, a sua coragem, as suas memórias são uma ponte para um passado que nunca deve ser esquecido. Porque mesmo depois dos horrores do Holocausto, o antisemitismo não desapareceu. Persistiu. Evoluiu.*

A memória é um dever. A responsabilidade de garantir que "nunca mais" não é uma promessa vã. Este Parlamento Europeu recordará sempre e sempre falaremos, tal como a nossa primeira mulher presidente - Simone Veil, ela mesma sobrevivente do Holocausto -, nos ensinou a fazer. O seu legado lembra-nos que a neutralidade só ajuda o opressor, nunca a vítima. Este Parlamento defenderá sempre a dignidade. Pela esperança. Pela humanidade».



Em seguida, discursou Corrie Hermann, filha do compositor e violoncelista húngaro Pál Hermann, vítima do Holocausto, partilhando a história de como o pai, considerado um dos melhores intérpretes da sua época, foi assassinado pelos nazis em 1944. *«Esta história sobre uma vítima do Holocausto é dedicada a cada uma das seis milhões de vítimas que ainda hoje continuamos a chorar»*, afirmou.

Corrie Hermann relatou a trajetória do pai como músico, desde a sua formação na Academia Franz Liszt, em Budapeste, até às atuações nos mais prestigiados palcos

européus. Durante a Segunda Guerra Mundial, depois de fugir para a Bélgica e França, foi capturado em Toulouse numa rusga em abril de 1944. Enviado para Drancy, o campo de internamento nos arredores de Paris, acabou por ser deportado para o campo de concentração de Kaunas, na Lituânia.

Enquanto o comboio estava parado na estação, conseguiu lançar um bilhete para o exterior, **pedindo que o seu violoncelo fosse salvo**. A mensagem foi encontrada e encaminhada para o cunhado, que trocou o valioso Gagliano por um outro instrumento e fugiu, levando o violoncelo amarrado às costas. *«Não sabemos o que aconteceu a seguir, mas apenas um punhado dos 900 prisioneiros regressou após a guerra»*, afirmou Corrie Hermann.

Apesar do desfecho trágico, a música de Pál Hermann mantém-se viva e continua a inspirar intérpretes em todo o mundo. Mais de 80 anos depois da sua morte, o violoncelo Gagliano foi recuperado e as suas composições

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

voltaram a ser interpretadas por músicos de renome. «*Hitler queimou livros, destruiu pinturas e assassinou milhões, mas a música é invencível*», declarou Corrie Hermann.

Depois do discurso da presidente do Parlamento Europeu, foi interpretada uma peça de Pál Hermann no violoncelo original para o qual foi composta. Após o discurso, os deputados observaram um minuto de silêncio, seguido-se uma interpretação da peça "Kaddish", de Maurice Ravel.

Todo o conteúdo multimedia pode ser visto [aqui](#) (Fonte: Parlamento Europeu).



3. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

AFET - Relatório anual

A **Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu** aprovou um [relatório](#) que recomenda prioridades estratégicas para a ação externa da União Europeia nesta legislatura. O relatório, adotado com **49 votos a favor, 21 contra e 4 abstenções**, sublinha a necessidade de a **UE defender os seus interesses a nível global**, respondendo a desafios como a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, os conflitos no Médio Oriente e a intensificação da competição entre grandes potências. Destacamos o seguinte:

Reforço do Apoio à Ucrânia

- A guerra da Rússia contra a Ucrânia desestabiliza a vizinhança da Europa Oriental e os Balcãs Ocidentais, enfraquecendo a arquitetura de segurança europeia.
- O Parlamento Europeu insta a UE e os Estados-Membros a aumentar e acelerar a assistência militar, económica, financeira e humanitária à Ucrânia.
- Expressa preocupação com a cooperação crescente entre regimes autocráticos e o apoio material a Moscovo, incluindo o alegado envolvimento de tropas norte-coreanas no conflito.

Estratégia Abrangente da UE para o Médio Oriente

- Os Deputados saúdam o cessar-fogo em Gaza e o progresso na libertação faseada dos reféns.
- Apela à Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Kaja Kallas, para que elabore uma Estratégia Abrangente da UE para o Médio Oriente e aumente a presença da União na região.

- Defendem, de forma inabalável, uma solução negociada baseada na criação de dois Estados com as fronteiras de 1967, dois Estados soberanos e democráticos, e Jerusalém como capital partilhada.
- A UE deve apoiar ativamente os esforços para a implementação desta solução, nomeadamente a Aliança Global para a Implementação da Solução de Dois Estados.

Reforço da Cooperação com Parceiros Estratégicos

- Perante os esforços de desestabilização da ordem internacional por parte da China, Rússia e Irão, o relatório enfatiza a necessidade de reforçar a cooperação com parceiros que partilham os mesmos valores.
- O relacionamento transatlântico continua a ser essencial para a segurança da Europa, pelo que se apela à Comissão para aprofundar as relações com os EUA e o Canadá.
- O Parlamento insta os Estados-Membros a tornarem plenamente operacional o conceito de autonomia estratégica da UE, através de investimentos coletivos na segurança e defesa, com vista à criação de uma União Europeia da Defesa.
- Esta União deve complementar a NATO, mas ter também capacidade de atuação autónoma quando necessário.

O relator David McAllister (PPE) declarou que «*O primeiro relatório desta legislatura sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) sublinha a importância de uma política externa europeia firme e determinada para enfrentar desafios geopolíticos como a guerra da Rússia contra a Ucrânia, os conflitos no Médio Oriente e a crescente competição global. A União Europeia deve defender e concretizar os seus objetivos estratégicos no cenário internacional. A nova estrutura do relatório pode servir como uma visão estratégica de médio e longo prazo, orientando as prioridades da Alta Representante nesta legislatura e para além dela.*»

A Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu aprovou também um [relatório](#) que insta a União Europeia a **fortalecer a sua capacidade de defesa face a múltiplas ameaças à segurança**. O relatório, originalmente elaborado pela Subcomissão de Segurança e Defesa, destaca a urgência de reconhecer e enfrentar os desafios decorrentes da evolução do panorama securitário global.

Os Deputados sublinham que a UE e os seus Estados-Membros devem adotar novas e melhores políticas para reforçar a defesa europeia. Referem que, apesar da criação da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) há 25 anos, os **progressos na capacidade de defesa comum**, na capacidade industrial e na preparação para a defesa têm sido **limitados**, devido ao **subinvestimento** na área. Defendem, por isso, uma mudança de paradigma na PCSD, para que a União Europeia possa atuar de forma decisiva na sua vizinhança e no cenário global, protegendo os seus valores, interesses e cidadãos e promovendo os seus objetivos estratégicos.

Destacamos:

Necessidade de uma Cooperação Estreita entre a UE e a NATO

- O relatório destaca a importância da coordenação entre a UE e a NATO, nomeadamente no desenvolvimento de capacidades de defesa coerentes, complementares e interoperáveis, bem como no reforço da produção industrial de defesa.
- Os Deputados apoiam o fortalecimento do pilar europeu dentro da NATO, sublinhando que o desenvolvimento de uma União Europeia da Defesa deve avançar em paralelo com o aprofundamento da cooperação UE-NATO.
- Consideram ainda que, perante ameaças de segurança sem precedentes, todos os Estados-Membros da UE devem aumentar urgentemente a sua despesa em defesa para além do objetivo atual da NATO de 2% do PIB.

Apoio Inabalável à Ucrânia

- Em resposta à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, os Deputados reafirmam o apoio inequívoco a Kyiv.
- Apela à UE e aos seus Estados-Membros para que apoiem a expansão da coligação internacional em torno do Plano de Vitória e da Fórmula da Paz da Ucrânia.
- Consideram que este é o único caminho viável para restaurar a soberania e integridade territorial da Ucrânia, responsabilizando a Rússia, a sua liderança e os seus aliados, incluindo o regime bielorrusso, pelo crime de agressão.

O relatório destaca ainda que os desenvolvimentos geopolíticos na Ucrânia, no Médio Oriente e no Indo-Pacífico estão cada vez mais interligados, devido à crescente cooperação entre a Rússia e a China, o que representa um desafio significativo à paz e segurança global, bem como à ordem internacional baseada em regras.

Reforço do Orçamento para o Setor da Defesa da UE

- Os Deputados reconhecem os esforços já empreendidos para fortalecer a capacidade de defesa da UE, incluindo a proposta da Comissão Europeia para o Programa Europeu da Indústria de Defesa (EDIP). No entanto, consideram que a dotação financeira proposta de 1,5 mil milhões de euros é insuficiente.
- Defendem que serão necessários esforços orçamentais substanciais para que o EDIP tenha um impacto real no apoio militar à Ucrânia, no desenvolvimento de uma capacidade genuína de defesa da UE e na criação de uma base industrial e tecnológica competitiva.
- O relatório também apela ao Banco Europeu de Investimento (BEI) para rever a sua política de crédito, a fim de facilitar maiores investimentos no setor da defesa.

O relatório foi adotado com **55 votos a favor, 19 contra e 1 abstenção**.

Após a votação, o relator Nicolás Pascual de la Parte (PPE, Espanha) declarou: «*A União Europeia deve dotar-se de um pilar autónomo de defesa, dentro do quadro da NATO. Para tal, é necessário desenvolver uma base tecnológica e industrial de defesa independente, que forneça as capacidades militares necessárias, respeitando o princípio da preferência comunitária. Além disso, é essencial identificar recursos financeiros adequados para construir esta iniciativa europeia de defesa, explorando novas fontes de financiamento.*»

O relatório será agora submetido a votação em sessão plenária do Parlamento Europeu, de 10 a 13 de março.

4. DEFESA - PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O *think-tank* do PE publicou esta semana um estudo sobre ***O Pilar das Parcerias na Bússola Estratégica da UE***, disponível [aqui](#).

Recorde-se que a Bússola Estratégica, adotada pelos 27 Estados-Membros da UE em março de 2022, pouco após o início da agressão da Rússia contra a Ucrânia, sublinhou a necessidade de estabelecer parcerias robustas para que a União Europeia possa atingir os seus objetivos em matéria de segurança e defesa.

O conceito de "*parceria*" é um dos quatro pilares fundamentais da Bússola Estratégica, a par de "*agir*" (operações), "*proteger*" (resiliência) e "*investir*". O documento define metas e prazos concretos para avaliar os progressos nesta área. Tradicionalmente, a UE estabeleceu parcerias com Estados e organizações internacionais no domínio da segurança e defesa. No entanto, após a adoção da Bússola Estratégica, foi lançado um novo modelo de parceria adaptada, concebido como um quadro reforçado para aprofundar a cooperação.

Até à data, a UE assinou **seis parcerias deste tipo** com Noruega, Moldávia, Coreia do Sul, Japão, Albânia e Macedónia do Norte, e prevê estabelecer mais no futuro. Embora cada parceria tenha conteúdos específicos, baseados nos interesses partilhados entre a UE e cada parceiro, dez áreas de cooperação são comuns a todas elas.

O PE tem enfatizado a importância da dimensão de parceria da Bússola Estratégica e, em particular, do valor dos diálogos de segurança e defesa com parceiros dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental, bem como com parceiros estratégicos em áreas marítimas como o Indo-Pacífico e a Vizinhança Sul. O Parlamento destacou que a cooperação com os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Noruega, Ucrânia, Geórgia, Balcãs Ocidentais, Japão, Austrália e certos países africanos é fundamental para a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Em 2023, apelou a um aprofundamento da cooperação militar e de defesa com o **Japão e a Coreia do Sul**, assim como a uma maior colaboração com parceiros da América Latina e das Caraíbas.

5. IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO SOBRE MIGRAÇÃO E ASILO

O think-tank do PE publicou esta semana um estudo sobre a **implementação do Pacto sobre Migração e Asilo**, disponível [aqui](#). Ali, pode ler-se que, nos últimos dez anos, os sistemas de asilo e migração da União Europeia foram submetidos a desafios significativos, incluindo a crise migratória de 2015-2016, a pandemia de COVID-19 e as recentes tensões na fronteira oriental da UE. Para responder a estas questões, a Comissão Europeia propôs, em 2020, um Pacto sobre Migração e Asilo, que foi adotado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em dezembro de 2023 e publicado em maio de 2024, introduzindo reformas substanciais através de 10 atos legislativos que abrangem políticas de migração, asilo, integração e gestão das fronteiras. O principal objetivo do pacto é reforçar a partilha de responsabilidades, a solidariedade entre os Estados-Membros e a gestão eficaz das fronteiras.

EPRS | European Parliamentary Research Service

Figure 1 – Timeline with key milestones for the implementation of the pact



Source: [European Commission](#), 2024.

Para garantir a implementação do pacto, a Comissão Europeia elaborou um plano comum, que estrutura as obrigações dos Estados-Membros em 10 blocos fundamentais e define marcos chave para estabelecer os quadros jurídicos e operacionais necessários para a aplicação plena do pacto até meados de 2026.

No entanto, apesar da adoção desta legislação, **a aceitação do pacto não é uniforme entre os Estados-Membros, e a migração continua a ser um tema altamente politizado**, com pressões para futuras alterações. Neste estudo, especialistas e partes interessadas identificaram desafios críticos para a implementação

do pacto e manifestaram dúvidas quanto à sua eficácia na gestão das complexidades da migração, ao mesmo tempo que assegura a proteção dos direitos fundamentais.

Recorde-se que os ministros responsáveis pelos Assuntos Internos da UE reuniram-se informalmente em Varsóvia, a 30 de janeiro, para debater três temas centrais: novas abordagens na gestão das migrações, preparação para ameaças de segurança e a futura Estratégia de Segurança Interna da UE.

A primeira sessão centrou-se em novas formas de gestão das migrações, nomeadamente no contexto da revisão da diretiva sobre os regressos e da instrumentalização da migração por países terceiros nas fronteiras externas da UE, como se verifica entre a Polónia e a Bielorrússia ou entre a Finlândia e a Rússia. As notas de orientação do debate estão disponíveis aqui (cortesia Agence Europe): <https://aeur.eu/f/f9q>; <https://aeur.eu/f/f9r>; <https://aeur.eu/f/f9s>.

6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - COSAC

Nos dias 26 e 27 de janeiro, teve lugar no Senado polaco, em Varsóvia, a reunião dos Presidentes da COSAC (Conferência das Comissões Parlamentares de Assuntos Europeus), no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência polaca do Conselho da UE. A Assembleia da República esteve representada pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da AR, Deputado Telmo Faria (PSD), e a reunião centrou-se em dois temas: *i) Programa e prioridades da Presidência polaca do conselho da UE; ii) um orçamento da UE baseado em políticas que respondam às consequências das alterações climáticas.*



7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO DA UE

A Comissão das Petições (PETI) do Parlamento Europeu organizou, no dia 28 de janeiro de 2025, em Bruxelas, uma reunião interparlamentar dedicada ao tema da implementação do direito europeu com especial ênfase nas petições, e na qual a Assembleia da República esteve representada por uma delegação conjunta da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Assuntos Europeus, composta pelos *Deputados Pedro Neves de Sousa (PSD), Manuel Magno (CH), Eva Brás Pinho (PSD) e António Pinto Pereira (CH)*. Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Comissão PETI, Bogdan RZOŃCA, e tiveram por objetivo avaliar a atual aplicação da legislação da União Europeia (UE) nos Estados-Membros e

explorar formas de reforçar a cooperação entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais para garantir que os cidadãos da UE beneficiem de uma melhor aplicação da legislação da UE.

A reunião teve duas sessões: a primeira serviu para discutir os instrumentos e estratégias para reforçar os mecanismos de aplicação da legislação da UE, com destaque para a abordagem «smart enforcement approach» adotada pela Comissão Europeia, e a segunda, que incluiu uma apresentação sobre a atualização do estudo «*Monitoring the implementation of EU law: tools and challenges*», abordou as melhores práticas para assegurar uma correta e atempada aplicação da legislação da UE, tendo sido salientada a importância do Direito de Petição na aproximação dos cidadãos à democracia europeia.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); [Conselho dos Assuntos Gerais](#); [Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#). Destaca-se a [Jornada de reflexão informal dos dirigentes da UE](#), a 3 fevereiro 2025, sobre Defesa. Nota informativa [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões](#) e dos Grupos Políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [5 de fevereiro](#), estando prevista a adoção da **bússola para a competitividade**.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 03 e 04/02 - [Reunião informal dos ministros da Competitividade \(Mercado Interno e Indústria\)](#); [Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros, 3-4 fevereiro 2025](#).

Bruxelas | 31 de janeiro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).